



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 091/2007

Contrato para fornecimento e instalação de divisórias para o Cartório Eleitoral de Braço do Norte, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. 118 do PREGÃO N. 017/2007, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Absoluto Divisórias e Pisos Ltda. EPP, em conformidade com as Leis n. 10.520/2002, 8.666/1993, 8.078/1990 e Lei Complementar n. 123/2006.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado em São José/SC e, de outro lado, a empresa .ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS LTDA. EPP, estabelecida na cidade de São José/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 04.533.788/0001-14, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Vânio Inácio Junckes, inscrito no CPF sob o n. 601.244.829-53, residente e domiciliado em São José/SC, têm entre si ajustado Contrato para fornecimento e instalação de divisórias para o Cartório Eleitoral de Braço do Norte/SC, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, e Lei Complementar n. 123, de 15 de dezembro de 2006, e com o PREGÃO N. 017/2007, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto o fornecimento e a instalação de divisórias:

1.1.1. para o Cartório Eleitoral de Braço do Norte, conforme prancha 02/02, anexa ao Projeto Básico do Pregão n. 017/2007.

1.2. As divisórias e ferragens a serem utilizadas deverão contemplar as seguintes características:

1.2.1. PAINEL:

a) no mínimo 35mm (trinta e cinco milímetros) de espessura, com miolo *semi-oco*, revestido em laminado melamínico de baixa pressão na cor argila ou similar. Painel com altura aproximada de 1,05 m (um metro e cinco centímetros) a partir do piso, com o restante da altura em vidro; e

b) estruturados com perfis de aço galvanizado e pintado na cor preta. Com montantes estruturais que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).

1.2.2. VIDRO: espessura mínima de 4mm (quatro milímetros), estruturados com perfis de aço galvanizado e pintado na cor preta. Com montantes estruturais que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).

1.2.3. PORTAS: miolo *semi-oco*, com dobradiças e fechaduras na cor preta, com duas chaves para cada porta.

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento e a instalação do produto obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do PREGÃO N. 017/2007, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 05/07/2007, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do produto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento e a instalação do produto o seguinte valor:

2.1.1. referente ao produto descrito na Subcláusula 1.1.1, o valor de R\$ 1.480,00 (mil, quatrocentos e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

3.1. O prazo de entrega e instalação do produto descrito na Cláusula Primeira é de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a entrega e instalação do produto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de

5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do produto, pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

5.2.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório do produto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.4. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS).

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, Elemento de Despesa 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente, Subitem 51 – Peças Não Incorporáveis a Imóveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2007NE000839, em 17/07/2007, no valor de R\$ 1.480,00 (mil, quatrocentos e oitenta reais), para a realização da despesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção Engenharia e Arquitetura, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.3. efetuar o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório do produto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. entregar e instalar as divisórias:

a) nas condições, no preço e nos prazos estipulados em sua proposta e neste instrumento;

b) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESP;

c) no Cartório Eleitoral de Braço do Norte, localizado na Rua Frederico Kuerten, n. 33, Centro (item 1.1.2 do Edital do Pregão n. 017/2007).

9.1.1.1. A entrega e a instalação no local mencionado na alínea “c” da subcláusula 9.1.1 não implica acréscimo no preço constante da proposta.

9.1.1.2. Após recebido, o produto será conferido pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo, no prazo máximo de 10 (dez) dias;

9.1.1.3. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para a substituição do produto de que trata o subcláusula 9.1.1.2 não interromperá a multa por atraso prevista na subcláusula 10.5;

9.1.1.4. em caso de substituição do produto, conforme previsto no subcláusula 9.1.1.2, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

9.1.2. prestar garantia ao produto pelo período de 1 (um) ano, a contar da data do recebimento definitivo;

9.1.2.1. substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha a apresentar defeito de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído - por ação ou omissão - o TRESP;

9.1.3. conferir *in loco* as medidas das divisórias e vidros solicitados;

9.1.4. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante;

9.1.5. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PREGÃO N. 017/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste PREGÃO ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedido de licitar e contratar com a União; e,
- b) descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes.

10.3. As sanções estabelecidas na Subcláusula 10.2 são de competência da autoridade máxima do TRESA.

10.4. Para os casos não previstos na Subcláusula 10.2 poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.4.1. A sanção estabelecida na alínea “d” deste item é de competência do Presidente do TRESA.

10.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega e instalação do produto objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor proposto, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo.

10.6. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na substituição do produto durante o prazo de garantia, sujeitará o licitante, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor proposto, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a substituição.

10.7. Relativamente às subcláusulas 10.5 e 10.6, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados como inexecução total do contrato.

10.8. Da aplicação das penalidades definidas nas Subcláusulas 10.4, alíneas “a”, “b” e “c”, 10.5 e 10.6 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.9. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.10. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” da Subcláusula 10.4, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 18 de julho de 2007.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

VÂNIO INÁCIO JUNCKES
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO